

Mídia-educação e etnomídia: apropriação dos meios pelas mulheres indígenas de Mato Grosso do Sul¹

Mylena Garcete ROCHA²

Rose Mara PINHEIRO³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

RESUMO

As mulheres indígenas têm buscado o protagonismo e, a partir das características da etnomídia (TUPINAMBÁ, 2016), têm o potencial de amplificar suas vozes, em contraposição à representação feita pelos veículos hegemônicos de mídia. Com a análise de conteúdo das redes sociais do coletivo de mulheres indígenas da Kuñangue Aty Guasu e a partir dos pensamentos de Paulo Freire (1985) e das proposições de Bévort e Belloni (2009), este trabalho busca discutir como a etnomídia aliada à mídia-educação permite o diálogo e a participação, além de fortalecer a apropriação dos meios pelas indígenas, para o exercício da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres indígenas; Etnomídia; Paulo Freire; Mídia-educação; Comunicação.

As mulheres indígenas não são comumente representadas nos veículos hegemônicos de comunicação. Elas raramente são abordadas nas notícias, mas, quando ocorre, ganham espaço em situações que envolvem a violência, sobretudo a de gênero, e são representadas por porta-vozes, como organizações não-governamentais, instituições e conselhos missionários (SILVA, 2018). Ao longo da história, as mulheres indígenas têm sido silenciadas pelos meios de comunicação tradicionais. A relação entre a imprensa e os povos originários é marcada por divergências (MONTEIRO, 2017) e o silenciamento enquanto discurso significativo contribui para a manutenção da não-existência destes povos e da violência cultural empreendida contra eles (LIMA, 2019). Neste contexto, a internet é uma ferramenta importante para proporcionar novas possibilidades de participação para populações que são silenciadas pelos veículos de comunicação tradicionais.

¹ Trabalho apresentado na DT 6 – Interfaces Comunicacionais do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 25 a 27 de maio de 2023.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS – mylena.rocha@ufms.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS – rose.pinheiro@ufms.br

Em meio a um cenário de violência e disputa territorial que caracteriza a relação com os latifundiários, a apropriação das ferramentas digitais se mostra como uma oportunidade para que as mulheres indígenas sejam suas próprias interlocutoras, sem depender da mediação dos veículos hegemônicos. Elas têm utilizado as redes sociais para participar, marcar presença e divulgar informação. Neste contexto, discute-se o conceito de etnomídia, “uma ferramenta de empoderamento cultural e étnico, por meio da convergência de várias mídias dentro de uma visão etno” (TUPINAMBÁ, 2016, *apud* SANTI; ARAÚJO, 2019, p. 8). Enquanto a mídia se encontra sob o domínio de instituições privilegiadas, a etnomídia surge como um caminho para que populações tradicionais encontrem formas contra-hegemônicas de comunicação (SANTI; ARAÚJO, 2019). No cenário dos estudos de inter-relação entre comunicação e educação, Bévort e Belloni (2009) afirmam que não há cidadania sem a apropriação crítica e criativa das mídias pelos cidadãos. As autoras defendem a integração das mídias nos processos educacionais para uma educação mais completa e capaz de atender as demandas sociais e culturais.

Em um contexto marcado pela violência contra os povos indígenas, as mulheres assumem uma posição importante quando passam a se organizar politicamente (ANZOATEGUI, 2017). Ao lutarem contra a exclusão e a violência exercidas pelos próprios homens de suas etnias, elas rompem com os papéis que desempenhavam nas comunidades e a internet se transforma em uma aliada. Os indígenas e as indígenas passaram a utilizar as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) para reivindicar espaço, e a etnomídia é uma ferramenta para a apropriação dos meios, além de uma possibilidade para comunicação dialógica. O termo, que ganhou força a partir do comunicador Anápuáka Muniz Tupinambá, considera que os indígenas podem contar suas próprias histórias, na qual as narrativas são desconstruídas dos processos mercadológicos da comunicação (SOUZA; COSTA, 2021).

A partir da análise de conteúdo dos perfis da Kuñangue Aty Guasu ou Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, um exemplo de coletivo de mulheres indígenas que utiliza as TDICs, é possível traçar um paralelo entre as postagens e as características da etnomídia. A Kuñangue Aty Guasu é um debate organizado por elas, onde representantes de várias comunidades têm voz e poder de participação e decisão. As discussões tratam, principalmente, das questões que envolvem a demarcação dos

territórios, mas também incluem problemáticas que estão no cotidiano delas, como a educação, a saúde e a violência doméstica (ANZOATEGUI, 2017).

O debate não ocorre somente durante o evento, que é anual, mas as mulheres também cultivam a presença nas redes sociais. Os perfis no Instagram⁴ e no Facebook⁵, assim como o site⁶, são administrados por nove mulheres do sul de Mato Grosso do Sul. Nas publicações, além de divulgar mobilizações e atividades promovidas pelo grupo, elas ainda utilizam as ferramentas para denunciar as violências enfrentadas nas comunidades e reivindicar políticas públicas.

A comunicação alternativa e popular aliada à disseminação de informações e construção de conhecimento conjunto por essas mulheres permitem que elas assumam o protagonismo das narrativas. Ao garantir o diálogo e a participação, elas vivenciam os princípios freireanos.

Com a análise das publicações feitas pelas próprias mulheres indígenas, pode-se traçar um comparativo com o conteúdo das narrativas jornalísticas nos veículos hegemônicos, e concluir que, muitas vezes, seguem um modelo de comunicação que remete a um modelo bancário. O termo foi utilizado por Paulo Freire (1985) no contexto da educação, para definir um sistema que vê o educando como um depósito de dados, como se fosse um recipiente vazio, pronto para receber as informações fornecidas pelo educador para, só então, obter conhecimento. Desta forma, a comunicação é unilateral. “Esta falsa concepção da educação, que se baseia no depósito de informes nos educandos, constitui, no fundo, um obstáculo à transformação. Por isto mesmo, é uma concepção anti-histórica da educação” (FREIRE, 1985, p. 55).

Apesar de ser um conceito da área da educação, é possível fazer uma reflexão sobre a atuação dos meios de comunicação hegemônicos. O próprio Paulo Freire costumava criticar os veículos cuja prática se reduzia à transmissão de comunicados, de forma unilateral, como relata Sérgio Guimarães em entrevista. “Esse tipo de crítica o Paulo já fazia na época: as pessoas que manipulam esses meios estão mais preocupados em “enfiar” na cabeça do povo determinadas informações” (MEDITSCH; FARACO, 2012, p. 35). A crítica de Paulo Freire à educação bancária pode ser utilizada no debate sobre os meios de comunicação hegemônicos, que atuam como um transmissor de

⁴Disponível em: <https://www.instagram.com/kunangueatyguasu/> Acesso em: 23 mar 2023

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/kunangueatyguasu/> Acesso em: 23 mar 2023

⁶ Disponível em: <https://www.kunangue.com/> Acesso em: 03 abr 2023

informações, ao invés de estimular o pensamento crítico. Além disso, Paulo Freire ainda condenava a visão conservadora da mídia brasileira. Para ele, os conteúdos jornalísticos falavam da elite para a elite, e se mostravam distantes da realidade brasileira (MEDITSCH; FARACO, 2012).

Por outro lado, os meios de comunicação também servem para o aprendizado. Segundo Bévort e Belloni (2009), as mídias atuam como uma “escola paralela”, mais atrativa, onde crianças e jovens podem aprender coisas novas e desenvolver “novos modos de aprender”. As mídias são importantes dispositivos para a comunicação e atuam em muitas esferas, pois impactam os modos de perceber a realidade, de aprender e de difundir conhecimento. Por isso, para que possa existir uma verdadeira troca, é preciso valorizar a pluralidade e o diálogo é fundamental. Paulo Freire (1985) defendia a importância da comunicação dialógica, na qual o diálogo não teria o propósito de invadir, mas de questionar e transformar. Uma forma pela qual os indivíduos aprendem juntos, a partir da troca de informações de ambos os lados. Para o autor, o diálogo é crucial para problematizar o conhecimento. É preciso indagar e questionar os conhecimentos preestabelecidos.

Ao observar o comportamento dos meios hegemônicos diante das pautas que envolvem comunidades indígenas, é possível perceber como os povos originários são estereotipados (URQUIZA, 2017). A partir da reflexão sobre a representação dos indígenas na mídia e sobre como são construídos os conteúdos jornalísticos, é preciso pensar sobre o papel da mídia-educação. Bévort e Belloni (2009) definem o termo como a formação para a compreensão da mídia de forma crítica. Trata-se de reconhecer o papel das mídias para a manifestação e participação dos cidadãos. A mídia-educação não serve apenas para conscientizar sobre a leitura crítica dos meios de comunicação de massa, mas também para utilização das mídias como forma de expressão. É preciso se apropriar das mídias para exercer cidadania.

Perante este cenário, como formar indivíduos conscientes sobre a produção dos veículos de imprensa tradicionais e empoderá-los para que possam utilizar as TDICs para alcançar seus objetivos? Para Bévort e Belloni (2009), o potencial das TDICs será resultado da relação entre os jovens e as mídias, “uma direção mais democrática, crítica e criativa dependerá, em grande parte, das oportunidades de mídia-educação oferecidas às novas gerações” (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1092). A partir do diálogo,

participação e protagonismo dos povos indígenas, será possível construir uma visão crítica que possibilitará a apropriação dos meios. Assim, eles podem contribuir para uma mídia mais plural. Com o objetivo de democratizar discursos e permitir uma maior participação social, a etnomídia se mostra como uma ferramenta para efetivar o empoderamento das mulheres indígenas e garantir a diversidade cultural. O conhecimento deve também chegar aos mais jovens, para que além de uma educação de qualidade, saibam como exercer sua cidadania e liberdade de expressão. A mídia-educação, portanto, pode ser pensada dentro das escolas indígenas, onde as professoras receberiam a capacitação para produção de conteúdo com base nas características da etnomídia, que depois seriam compartilhadas com os estudantes.

As professoras indígenas são figuras importantes nas comunidades e atuam não apenas no ambiente escolar, mas também como lideranças. Urquiza (2013, p. 77) argumenta que as discussões com os alunos sobre as narrativas midiáticas contribuem para despertar um movimento em busca do protagonismo no que diz respeito à mídia, “seja para questioná-la, seja para buscar fazer a diferença na transformação desse “jeito de falar de índio””. Assim, as professoras podem trocar experiências com os estudantes sobre ferramentas para produzir etnomídia, não esquecendo os princípios do diálogo, da interação, da participação e, principalmente, do protagonismo do aluno. Como defende o pensamento freiriano, elas não apenas ensinam, mas também podem aprender com os estudantes.

REFERÊNCIAS

- ANZOATEGUI, P. S. “**Somos todas Guarani-Kaiowá**”: entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2017.
- BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. **Mídia-educação**: conceitos, história e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LIMA, G. S. **Violência simbólica na televisão**: cidadania e representação dos povos indígenas na demarcação de terras. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2019.
- MEDITSCH, E.; FARACO, M. B. O pensamento de Paulo Freire sobre Jornalismo e Mídia. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2012.

MONTEIRO, E. U. **Os cibermeios e a representação dos povos indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul:** Estudo de caso da retomada do território Yvu Katu. Dissertação (Mestrado em Comunicação) –Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2017.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. Etnomídia como campo de (re)apropriações das práticas midiáticas no portal do Conselho Indígena de Roraima. In: **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Belém, 2019.

SILVA, F. C. Mulheres indígenas e os espaços midiáticos: uma reflexão sobre silenciamento, memória e resistência. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 18, n. 2, p. 23-41, 2018.

SOUZA, V. G. P.; COSTA, R. C. Etnomídia indígena como narrativa das resistências. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 438-451, 2021.

URQUIZA, M. G. **Identidades indígenas na mídia:** um estudo com professores indígenas sobre identidade/diferença e representação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2013.

URQUIZA, M. G. **O lugar do Outro na narrativa jornalística:** um olhar a partir da cultura. Dissertação (Mestrado em Comunicação) –Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2017.